



Parlamento aprova fim do voto secreto

Apenas em cinco casos previstos pela Constituição Federal as votações serão secretas

(foto Carlos Kilian)



Rejeição de emendas retiradas das audiências do Orçamento Regionalizado gerou fortes críticas ao governo

Orçamento/2005 será de R\$ 9,6 bi

Após muita discussão sobre as emendas de parlamentares que haviam sido rejeitadas pelo relator, deputado César Cim (PDT), e também em Plenário, nos pedidos de votação em destaque, os deputados aprovaram na noite de quarta-feira (15) o Orçamento do Estado para 2005 no valor previsto de R\$ 9,6 bilhões. As 474 emendas rejeitadas foram colocadas num anexo à Lei Orçamentária Anual.

Além da peça orçamentária, os deputados apreciaram mais de 200 proposições em dois dias, aprovando matérias importantes como a que derruba a cobrança de taxa pelas empresas de telefonia, a título de assinatura, e a ampliação das bolsas para o ensino superior referentes ao Artigo 170 da Constituição Federal. Com o orçamento aprovado, a Alesc entrou em recesso legislativo, devendo retornar em 1º de fevereiro, quando serão eleitos os novos presidente e integrantes da Mesa. Existe a possibilidade, no entanto, de uma convocação por parte do governador, a partir de 10 de janeiro.

Durante o recesso, fica sob a responsabilidade da Comissão Representativa, integrada pelos deputados Onofre Agostini (PFL), Odete de Jesus (PL), Joares Ponticelli (PP), Afrânio Boppré (PT), Paulo Eccel (PT), Antônio Ceron (PFL), Manoel Mota (PMDB), Djalma Berger (PSDB) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), decidir questões em caráter emergencial.

Páginas 9, 10 e 11

No último dia de atividades legislativas de 2004, o Plenário aprovou o fim do voto secreto dos parlamentares através da Emenda Substitutiva Global às propostas de Emendas à Constituição PEC nº 02/04 e PEC nº 05/04, que altera os artigos 36, 40, 44, 54 e 68 da Constituição do Estado.

Desta forma, pela primeira vez em sua história, o novo presidente da Assembleia Legislativa e os integrantes da Mesa, serão escolhidos em votação aberta. A eleição da nova Mesa acontece em 1º de fevereiro de 2005. O mesmo valerá para a escolha dos integrantes das Comissões Permanentes.

O anonimato dos votos permanece nos casos de afastamento do procurador geral de Justiça, de substituição do governador e do vice, de processos de cassação de deputados e na indicação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Página 9

Novos parlamentares assumem



Merisio, Aguiar e os prefeitos de Blumenau e Chapecó, Kleinübing e João Rodrigues

Em sessão especial na noite de terça-feira (14), tomaram posse das vagas deixadas pelos deputados João Rodrigues e João Paulo Kleinübing, ambos do PFL, os seus suplentes Antônio Aguiar (PFL) e Gelson Merisio (PFL). Na sessão, presidida pelo deputado Onofre Santo Agostini (PFL), es-

tavam presentes os deputados Jorginho Mello (PSDB), Julio Garcia (PFL), Rogério Mendonça (PMDB), Antônio Ceron (PFL), Manoel Mota (PMDB), Simone Schramm (PMDB), Antônio Carlos Vieira (PP), Reno Caramori (PP), Nelson Goetten (PFL) e o líder do governo, Herneus de Nadal (PMDB).

Página 3

Infância e Adolescência Protegidas

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), em parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e Ministério Público de Santa Catarina, realizaram na quinta-feira (15), no auditório da OAB/SC, a última etapa da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas. Dados sobre as formas de violência que mais ocorrem e que precisam ser combatidas em cinco regiões, iniciando por Joinville, seguindo por Chapecó, Lages, Itajaí e Florianópolis, foram apresentados e, no final de cada evento, os participantes formularam uma carta-compromisso com propostas para nortear ações públicas e privadas de proteção à criança e ao adolescente.

Página 4

Caso Bolshoi é alvo de CPI

Legislativo para os catarinenses

Assembléia Legislativa é um poder eclético e aqui, democraticamente, temos representação de diversos setores da sociedade, favorecendo a troca de opiniões, enriquecendo o trabalho parlamentar. A Mesa desta Casa, a qual tive a honra de presidir nos últimos dois anos, os demais deputados e os funcionários da Assembléia podem se orgulhar pelo desenvolvimento de um trabalho que fortaleceu ainda mais a relação com a sociedade, seja pela melhoria do espaço físico, como a reforma do Plenário, permitindo maior comodidade aos parlamentares e visitantes, seja pelos investimentos nos nossos meios de comunicação e nos diversos fóruns criados com o objetivo de estreitar a relação com os catarinenses.

Esta Casa é hoje o maior centro de discussão e geração de propostas de políticas públicas de Santa Catarina, sintonizada com os problemas e necessidades dos cidadãos. O importante papel desempenhado pela Assembléia, neste período, também envolveu a interlocução com os Poderes Executivo e Judiciário, ressaltando a autonomia, a independência e o respeito. A Assembléia

manteve a parceria com o governo do Estado na realização de audiências públicas do Orçamento Regionalizado, democratizando o debate sobre as prioridades administrativas. Também foi de parceria e respeito o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Com a melhoria dos ambientes de trabalho, das instalações e dos equipamentos, a Assembléia hoje opera melhor em seu cotidiano, serve com mais qualidade ao povo catarinense. Um dos destaques da nossa administração foi a reforma física do Plenário, centro dos debates de idéias e de decisões que influenciam diretamente a vida da população. Durante a solenidade de reinauguração do Plenário Deputado Osni Régis, realizamos também a primeira transmissão da TV AL em canal aberto para

Florianópolis e região, democratizando ainda mais a informação das atividades parlamentares.

A proposta de transparência, pela qual nos empenhamos cotidianamente, foi fortalecida pelos meios de comunicação da Assembléia, nos quais houve esforço de muitos profissionais e investimento de recursos. Foi através das nossas informações veiculadas no *site* da Alesc, TV AL, rádio digital, Jornal AL Notícias e revistas editadas pela Casa que a população teve a oportunidade de conhecer melhor a produção legislativa. Todo esse trabalho foi com o objetivo de aproximar a população do Parlamento. A profissionalização do Poder será completada pela Reforma Administrativa, cujo projeto, discutido com os servidores, já foi apresentado para a análise dos deputados e deputadas.

Encerramos este mandato, com uma experiência inédita no campo social, que é o programa Antonieta de Barros, que dá oportunidades de estágio a 40 jovens vítimas de segregação, provenientes de famílias com renda inferior a dois salários mínimos e meio, indicados por entidades comunitárias da Grande Florianópolis.

O trabalho de presidência desta Casa e de sua equipe foi resultado da colaboração e o apoio dos dirigentes da Mesa, dos líderes das bancadas partidárias, dos presidentes das comissões e fóruns, de todos os deputados e deputadas. A dedicação de servidores, estagiários, assessores parlamentares e trabalhadores das empresas que prestam serviços à Assembléia foi fundamental para o sucesso de nossa atuação. A soma de tantos potenciais favoreceu a meta inicial de transformar a Assembléia Legislativa num verdadeiro centro de referências e de debates alcançada com a realização de muitas audiências públicas e eventos, nos quais foram abordadas questões de diversas áreas que interessam à sociedade. E esse é o papel do Parlamento.

Volnei Morastoni
Presidente da Assembléia
Legislativa de Santa Catarina

**A dedicação
de servidores,
estagiários, assessores
parlamentares e
trabalhadores das
empresas que prestam
serviços à Assembléia
foi fundamental para
o sucesso de nossa
atuação.**

Mostra de cinema e vídeo

A TV AL (TV Assembléia Legislativa) continua com a exibição da Mostra Catarinense de Cinema e Vídeo, no ar diariamente às 22 horas desde o último dia 30 de novembro.



PROGRAMAÇÃO

(sempre às 22h)

14/12 a 20/12: Histórias do Oeste e Toldo Pinhal, ambos de Chico Faganello.

21/12 a 27/12: Cartas Italianas e Fronteira, ambos de Chico Faganello.

28/12 a 03/01: Religiosidade Popular, de Francis Silvy.

04/01 a 10/01: A Pandorga, de Isabela Hoffmann e A bicicleta, de Maurício Muniz.

Reconhecimento

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina concedeu ao Centro de Memória do Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa, o Prêmio Almirante Lucas Alexandre Boiteux, conferindo-lhe diploma pela publicação da coleção Manuscritos Avulsos.

O Poder Legislativo na Internet

Acesse a página da Assembléia Legislativa de SC:

www.alesc.sc.gov.br

Nela você encontra tudo o que quiser saber sobre as atividades do Legislativo: projetos em tramitação, audiências, debates, programação da TV AL e o seu AL Notícias on line, além de poder pesquisar as leis já existentes, através dos links na página, e saber o que está acontecendo no Congresso Nacional acessando os endereços:

www.camara.gov.br

www.senado.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Perreira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Suplentes assumem

Com a renúncia, no último dia 14, dos deputados João Paulo Kleinübing e João Rodrigues, ambos do PFL, para assumir as prefeituras de Blumenau e Chapecó, respectivamente, assumiram as cadeiras os suplentes Antônio Aguiar (PFL), 52 anos, e Gelson Merísio (PFL), 38 anos.

“É um momento muito importante da minha vida. É minha segunda renúncia em quatro anos. Estou abrindo mão de um projeto para outro maior. É uma questão que me deixa apreensivo mas eu estava aqui para defender os interesses do meu povo do oeste catarinense e agora vou poder ajudá-los ainda mais”, afirmou Rodrigues durante a sessão especial. Ele ainda agradeceu a Gelson Merísio (PFL), por este assumir em seu lugar com a garantia de que honrará todos os compromissos com o povo.

O deputado João Paulo Kleinübing agradeceu a todos os seus funcionários e disse que procurou honrar aos catarinenses como deputado de oposição. “Foi um período extraordinário. Hoje saio daqui com saudades, mas com a certeza de que a minha gente me escolheu para uma nova missão, que vou cumprir com grande empenho. É para isso que vou me dedicar agora, ao meu povo de Blumenau”, afirmou emocionado.

(foto Carlos Kilian)



Gelson Merísio (PFL)

Foi vereador aos 21 anos, em 1989, e presidiu a Câmara de Vereadores do município de Xanxerê, onde reside atualmente, no período de 1991 a 1992, tendo sido também candidato a prefeito.

Assume o mandato, assinala, dando continuidade ao trabalho de João Rodrigues, tanto em gabinete como em sua atuação na região que representa, o Oeste catarinense. Tem interesse de integrar as Comissões de Finanças e de Agricultura. “Quero trabalhar a questão da agricultura, que é muito forte em nosso país e em nosso Estado. Classifico a agricultura em duas classes: os grandes agricultores que trabalham com agronegócios e a agricultura familiar, que vem sofrendo muito e passando por várias dificuldades para se manter.”

O parlamentar vai adotar uma postura independente em relação ao Executivo. “Como cheguei agora, prefiro ser independente, até mesmo para entender um pouco como funciona a Casa. Vou ser transparente e manter a posição do meu partido. Vou seguir as orientações do deputado João Rodrigues”, confirmou.

Merísio nasceu em Xaxim, no Oeste, em 1966. É formado em Administração de Empresas e atualmente está cursando Direito na Unoesc - campus de Xanxerê. Foi líder estudantil e presidiu o Centro Acadêmico de Administração da Unoesc, em Chapecó.

Presidiu a ACIX (Associação Comercial e Industrial de Xanxerê) e a Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) por dois mandatos, foi vice-presidente da CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil), presidiu o Conselho Deliberativo do Sebrae de Santa Catarina, no período de 1999 a 2002, e dirigiu o setor financeiro da Casan, de 1999 a 2001. Foi apresentador do programa Controle Geral, no SBT e na TV Record. Em 2002, concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa, elegendo-se como suplente.

Antônio Aguiar (PFL)

Reside em Canoinhas, município situado no Planalto Norte, região que representará durante os próximos dois anos. Foi vereador no município entre 1989 e 1992. É médico ortopedista, especializado em fisioterapia.

Aguiar fará parte da ala governista do partido. “Neste ano, apoiei o candidato a prefeito de Canoinhas, pelo PMDB, que foi vitorioso.” Em sua primeira entrevista como deputado estadual já foi bem claro em sua decisão: “Vou apoiar o governo”. Ressaltou que como médico pretende trabalhar na área da saúde de sua região, “também muito carente em infra-estrutura e na área social”. Quanto a sua linha de atuação, Aguiar dará continuidade aos trabalhos do deputado João Paulo Kleinübing. “Ele exerceu muito bem o seu mandato e Blumenau lhe deu o respaldo. Vai ser um grande prefeito”, declarou Aguiar.

(foto Carlos Kilian)



Vânio dos Santos assume no dia 3

(foto Solon Soares)

A partir do dia 3 de janeiro, Vânio dos Santos (PT) assume a cadeira que pertenceu ao deputado Volnei Morastoni (PT), prefeito eleito de Itajaí. Ele estava em dúvida se aceitava o mandato, pois ocupa o cargo de consultor da presidência da Caixa Econômica Federal. Durante entrevista coletiva no último dia 13, na Alesc, ele contou que aceitou a cadeira depois de uma reunião com cerca de 140 lideranças de seu partido.

Segundo Vânio, suas bandeiras na Casa serão discutir o sistema financeiro, a reorganização do BESC e trabalhar a serviço de diversas categorias do funcionalismo público. “A minha característica na Alesc vai ser trabalhar coletivamente. Vou contar com a participação do PT, de seus militantes e de movimentos populares. Também atuarei para que a Caixa Econômica Federal tenha um espaço cultural em Santa Catarina. É um processo que leva mais de dois anos, mas tem que começar em algum lugar”.

Quanto à atual conjuntura, Vânio acredita que está passando por dois momentos. “Por um lado, é um momento desafiador pelas demandas e expectativas que geram, já que eu fui deputado federal e trabalho na presidência da CEF. Por outro lado, também é um momento muito rico pelo rompimento do PMDB como base do governo federal e porque chegamos na metade do mandato Lula, encontramos o país quebrado e não podíamos falar sobre o assunto.”

Aos 43 anos, exerce a função de consultor da presidência da Caixa Econômica Federal de Brasília. É formado em Direito pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Em 1994, concorreu pela primeira vez a um mandato po-



lítico. Ficou como primeiro suplente, mas assumiu a cadeira na Câmara dos Deputados, em 1997. Na condição de deputado federal, passou a ter uma atuação firme em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos cidadãos catarinenses.

Nascido em Gravatal, Vânio é bancário desde 1979. Atuou no Banco Sulbrasileiro e Caixa Econômica Federal. Começou a atuar no movimento sindical no início dos anos 80. Em 1990, assumiu a presidência do Sindicato dos Bancários de Florianópolis.

Caso Bolshoi

Procurador revela irregularidades na Escola de Joinville

Rose Mary Paz Padilha

Depois de ouvir o procurador da República em Joinville, Davy Lincoln Rocha, sobre as denúncias feitas pelo Ministério Público sobre a gestão de recursos na Escola do Teatro Bolshoi, deputados das bancadas do PT, PP e PFL, entraram com requerimento pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Com 14 assinaturas, conforme determina o regimento, a CPI deverá ser instalada no começo do ano legislativo de 2005. O procurador foi ouvido na manhã de quarta-feira (15), em reunião especial da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT). O requerimento dessa audiência foi do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que está de licença para tratamento de saúde em Cuba e na oportunidade foi representado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT).

Entre os convidados para prestar esclarecimentos aos deputados, estavam o diretor financeiro do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, o presidente da Fundação Cultural de Joinville e o atual presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, mas o único que compareceu foi o procurador da República em Joinville, Davy Lincoln Rocha.



Davy Lincoln Rocha



Deputados da base governista defenderam denunciados pelo Ministério Público

A justificativa, segundo o deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB), foi de que não teriam recebido o convite enviado pelos Correios. A pedido da deputada Simone Schramm (PMDB), o procurador apresentou cópia do convite em que consta a data do recebimento, que, segundo ele, ocorreu com antecedência. "Tem dinheiro do Estado nesse negócio e Vossa Excelência se acalme e permita os trabalhos", disse o deputado Joares Ponticelli (PP), que usou um adesivo onde estava escrito "Bolshoi sim, corrupção não", em resposta à afirmação feita pelo deputado

Peninha, de que o progressista estaria fazendo "teatro" sobre o caso e que o governo não tem nada a ver com as denúncias.

"Quem fez isso com o dinheiro público não tem o mínimo de vergonha e dignidade, e continuam lá. Não tenho medo de ameaças. O Ministério Público nunca prevaricou e não vai permitir esconder a sujeira com o dinheiro público", disse o procurador, depois de enumerar as irregularidades levantadas pela investigação.

Ao contrário de vários parlamentares que cumprimentaram Davy Lincoln pelo trabalho investigativo que vem desenvolvendo, outros criticaram. "O Ministério Público está procurando os holofotes da imprensa", disparou o deputado Peninha. O deputado Djalma Berger (PSDB) lembrou que "não se pode crucificar as pessoas antes do tempo" e Nilson Gonçalves (PSDB) disse que "há estardalhaço da parte acusatória".

Para os deputados Boppré e Dionei, a Assembléia tem a responsabilidade apurar os fatos "Ficou claro que o governo quer implantar a 'lei da mordaca', mas não vamos permitir", avaliou Dionei. A justiça federal decretou a indisponibilidade dos bens dos denunciados e a realização de auditoria nas contas da Escola.

As irregularidades do caso, conforme o procurador da República:

- No primeiro ano de atividades da Escola do Teatro Bolshoi, em Joinville, foram remetidos valores 146% maiores do que o estabelecido para a Paramount Advisory Services, com sede na Irlanda e de propriedade de Jô Braska Negrão (supervisora da Escola) e João Prestes (do conselho consultivo). O dinheiro, na verdade, era enviado para uma conta no paraíso fiscal de Chipre;
- O contrato entre a prefeitura de Joinville e o Bolshoi é nulo. Nele não consta acordo constitutivo - nem da Paramount, nem do Bolshoi;
- Os documentos não foram traduzidos da língua russa para a língua portuguesa;
- O contrato previa que cada bailarino russo deveria receber mensalmente como pagamento pelos serviços prestados um total de 2 mil dólares, mas o salário de alguns profissionais não chega a mil reais. A quantia de 2 mil dólares era enviada integralmente para a conta da Paramount;
- A empresa foi dissolvida em 21 de julho de 2001, mas o município de Joinville ainda recebe as faturas da Paramount;
- Há notas em nome da Escola no pagamento de churrascarias, viagens internacionais, butiques e perfumes;
- Dos gastos totais com a Escola, apenas um terço seria suficiente para mantê-la;
- Por mês, eram enviados 120 mil dólares para o paraíso fiscal, em Chipre.



Dentinho trouxe a denúncia para o Legislativo

Deputados avaliam 2004



Afrânio Boppé (PT)

“O ano de 2004 demonstrou que o governador Luiz Henrique não respeita a dinâmica parlamentar. Ele adotou a estratégia da convocação extraordinária, mandando os projetos mais importantes e polêmicos para votação em 15 dias. Projetos de relevância foram votados sem discussão com a população, como a taxa previdenciária em 11% dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, ao qual votei contrariamente. Denunciamos, com provas concretas, a continuidade da ambulancioterapia, mostrando a ineficácia até agora da propalada descentralização”.



Altair Guidi (PP)

O deputado considera que 2004 foi bom. Em Plenário, apontou o desequilíbrio que existe entre os altos escalões administrativos do Paraná e do Rio Grande do Sul, comparativamente aos de Santa Catarina e falou também sobre a BR-101, alertando o governo para a necessidade de um planejamento integrado voltado à preparação da região para os impactos provocados pela obra. “O Estado está quebrado para satisfazer a megalomania de quem esquece as regras básicas de uma gerência”.

Ana Paula Lima (PT)

A vinda do presidente Lula para assinatura das ordens de serviço da duplicação do trecho sul da BR-101, bem como as conquistas para os servidores públicos estaduais com a aprovação do abono de R\$ 50 para os professores e de R\$ 250 para os praças da Polícia Militar, além da aprovação do novo plano de cargos e salários da Secretaria da Fazenda, foram alguns dos pontos positivos no ano de 2004. Ela apresentou 18 projetos este ano. Onze viraram leis e nove estão em tramitação.



Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)

“A intenção da grande maioria dos deputados, neste ano de 2004, foi auxiliar o Executivo, para aprovar projetos de interesse da sociedade e este é o meu desejo para o próximo ano. É preciso deixar claro que não há oposição para prejudicar e sim a que deseja apontar equívocos da administração, auxiliando para suas correções. Sou favorável à troca de informações, à troca de idéias, independente de partido, mas tudo que estiver como normas rígidas, sob leis federais e estaduais deve ser respeitado, com decisões técnicas e não políticas. Nesse aspecto houve falhas. Um exemplo são os projetos que infringem a Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhados pelo Executivo à Assembléia sem demonstrativo financeiro e sem passar pela Secretaria da Fazenda”.



Antônio Ceron (líder da bancada do PFL)

Apesar da situação atípica em função das eleições municipais, avalia positivamente o ano, pois conseguiu conciliar as atividades parlamentares sem a necessidade de estabelecer um calendário especial. Porém, foram poucos os projetos de maior relevância. Também define como inútil a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Estadual. “Foi um ano que temos que comemorar pela convivência harmônica entre os parlamentares e de alguns projetos aprovados em favor de Santa Catarina”.



Celestino Secco (PP)

“Nos organizamos melhor nas sessões solenes, nas resoluções internas. A reforma do Plenário permitiu melhores condições de trabalho. Falta ao Parlamento ser mais pautado por quem tem o poder constitucional de iniciar o processo legislativo, que é, especialmente, o Executivo. Em 2005, na estrutura física, a expectativa é a conclusão da reforma da Alesc e no institucional teremos a estruturação efetiva do plano de carreira e de salários dos funcionários da Casa”.

César João Cim (PDT)

Suplente do deputado Sérgio Godinho (PTB), assumiu em abril de 2004 e afirma que aprendeu muita coisa. Atuou nas Comissões de Finanças e Tributação, Agricultura e Política Rural e Segurança Pública, além de ter sido designado como relator do Orçamento de 2005. Cim tem 10 projetos em estudo, entre eles o que obriga os fornecedores a colocarem em seus produtos e serviços a informação dos impostos incidentes para o consumidor saber o quanto paga.



Cesar Souza (PFL)

“Todas as decisões foram para o bem de Santa Catarina, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. A Mesa teve postura bastante democrática. Todos os parlamentares tiveram oportunidade de se manifestar. Estou no meu quarto mandato como deputado estadual e me orgulho de pertencer a esta Casa”.



Dionei Walter da Silva (PT)

Um dos maiores destaques de 2004 para o deputado foi a CPI da Casan, a qual presidiu e que desvendou um esquema de corrupção envolvendo advogados da assessoria jurídica da estatal, responsável pelo desvio de mais de R\$ 1,6 milhão dos cofres públicos. Destaca também a instalação da Comissão de Legislação Participativa, da qual foi presidente neste primeiro ano de funcionamento. “Mas ainda há muito o que fazer. Uma das prioridades é garantir o Orçamento Regionalizado. O processo precisa ser aperfeiçoado, porque está faltando disposição real do governo”.



Clésio Salvaro (PSDB)

“Como presidente da Comissão de Saúde, vimos a participação efetiva do secretário de Estado, junto ao Legislativo, se mostrando receptivo aos pleitos dos deputados. Vale destacar que o Parlamento tem cumprido com o seu papel, exercitando a democracia, se transformando num verdadeiro plenário de discussões em prol de uma melhor qualidade de vida de nosso povo. Ressaltamos a entrada da TV AL em canal aberto, possibilitando à população fiscalizar nossas ações”.

Deputados avaliam 2004



Djalma Berger (PSDB)

“Foram discutidos projetos importantes e polêmicos que foram tratados com muita competência por todos os parlamentares, como, por exemplo, a CPI da Udesc, da qual fui integrante.” Berger avalia que muitos debates tiveram resultados satisfatórios, principalmente para os catarinenses: “2004 foi um ano de intensas transformações, até mesmo em sua parte física, com o intuito de melhorar ainda mais a *Casa dos Catarinenses*”.



João Henrique Blasi (PMDB)

“Não se trata de fazer um balanço positivo ou negativo das ações da Assembléia neste ano. Trata-se de reconhecer que ela, uma vez mais, cumpriu o seu papel, como legisladora, além de exercer o papel fiscalizador da administração pública e de servir como instância intermediadora de diversos conflitos”.



João Paulo Kleinübing (PFL)

Eleito prefeito de Blumenau, deixa o Parlamento após dois anos de seu primeiro mandato. Entre os projetos importantes que apresentou está o que alterou o Prêmio Mérito Universitário, transformando a premiação – feita em viagens – em bolsas para a continuidade dos estudos dos alunos contemplados. Destaque também para os projetos que instituíram o Código de Conduta da Administração Estadual e a Comissão Estadual de Ética Pública. Para ele, a oposição exerceu seu papel fiscalizador com muita responsabilidade e sem nenhuma intenção de postergação desnecessária. “Sempre procuramos o diálogo com o governo, o que nem sempre foi possível.”

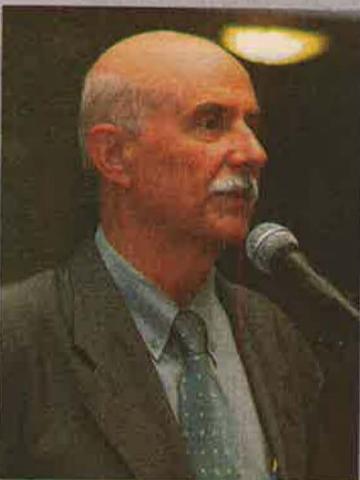
Francisco de Assis (PT)

“Esta Mesa, da qual sou o terceiro secretário, enxugou gastos, foi firme no controle dos gastos públicos. Temos que destacar que aprovamos projetos importantes na área social, como o acesso aos portadores de deficiência às agências bancárias, o que já é lei. No aspecto negativo, faltou agilidade nos processos. As comissões foram lentas, burocráticas e houve demora na tramitação das matérias. Em 2005, a tendência é que tenhamos um ano mais produtivo, considerando que é um ano sem eleições, com total liberdade para nos dedicarmos ao Legislativo.”



Francisco Küster (PSDB)

A assinatura dos atos para início da obra de duplicação do trecho sul da BR-101, pelo presidente Lula, foi indicada pelo deputado como resultado positivo. Um ponto negativo foi o comportamento do governo central, enfatizado nos ministérios, que emperraram procedimentos de suma importância para a população, como os investimentos em infraestrutura. Acredita que esses investimentos não aconteceram por má-vontade ou incompetência, acarretarão problema de curto, médio e longo prazo, nos mais diversos segmentos, como rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, geração de energia, entre outros.



Joões Ponticelli (líder da bancada do PP)

“Não fizemos mais porque o governo não permitiu, já que o Executivo é que tem a grande capacidade de iniciar matérias. Faltou o diálogo, o respeito do Executivo com as oposições. Não estamos aqui para fazer oposição a Santa Catarina. O governo tratou a oposição de forma autoritária, truculenta, revanchista e não encaminhou matérias no período ordinário. As mais polêmicas foram encaminhadas de forma extraordinária, para reduzir prazos, impedir debates e o acompanhamento da população, do servidor. O governo está entrando no seu terceiro ano e vai para a terceira convocação extraordinária, para mais uma reforma administrativa, sem resgatar compromissos de campanha”.



João Rodrigues (PFL)

Encerra seu mandato após dois anos no Parlamento, para seguir na vida pública como prefeito de Chapecó. No Legislativo, cumpriu com seu papel, cobrando ações do governo, providências das diversas instituições públicas para os problemas cotidianos, dos mais simples ao mais complicados. Ele destaca os problemas enfrentados pelo Frigorífico Chapecó, agora reativado e em operação; a saúde pública, envolvendo o Hospital Regional do Oeste, e a instalação da UTI Neonatal; trânsito e rodovias; questões indígenas, com prioridade para a defesa da propriedade dos agricultores; implantação da Udesc no Oeste; inspeção sanitária, e segurança pública.

Genésio Goulart (PMDB)

“Foi um ano muito bom, onde aprendi muito, nesse desafio parlamentar, já que é o meu primeiro mandato como deputado”. O deputado diz que é um dos poucos a ter 100% de presença em Plenário e contesta o seu uso da tribuna para projeção pessoal. “A oposição deve ser feita com criatividade, mas falta essa característica a alguns deputados. Faltou mais empenho para ajudar a governar Santa Catarina. Muitas vezes, tivemos problemas para votar determinadas matérias por falta de quórum.”



Herneus de Nadal (PMDB)

Líder do governo, acredita que o Parlamento está fazendo a sua parte, integrando a Assembléia Legislativa com a população através de audiências públicas. Destaca a aprovação da ampliação das bolsas previstas pelo Artigo 170 da Constituição Estadual. “Não há nenhum sentimento negativo. A coisa foi bem em 2004.”



Jorginho Mello (líder da bancada do PSDB)

“Mesmo com o período eleitoral, a Assembléia deu vazão às matérias votadas pelo Parlamento. Mas o governo cometeu equívocos, como mandar determinadas matérias e depois retirá-las. Faltou articulação mais eficaz do governo na votação de alguns projetos. A articulação entre governo e Assembléia deveria ter ocorrido de forma mais competente, e assim, o Executivo teria evitado críticas desnecessárias e também o desgaste, como ocorreu. No próximo ano, espero que haja uma definição de quem é oposição e quem é governo, para ter agilidade na apreciação das matérias”.



Deputados avaliam 2004

José Paulo Serafim (PT)

A marca da luta do Parlamento, especialmente da bancada dos deputados do sul, que conseguiram mobilizar todo o Estado, incluindo as Câmaras de Vereadores e a sensibilidade do governo Lula, para que fosse assinada a ordem de serviço da duplicação do trecho sul da BR-101, foi o que mais marcou o deputado José Paulo Serafim. Em contrapartida, o mau funcionamento das secretarias de Desenvolvimento Regional decepcionou o parlamentar, que acreditou que elas serviriam como um bom exemplo. Entretanto, tornaram-se cabides de emprego.



Narcizo Parisotto (PTB)

“Matérias importantes foram discutidas, principalmente envolvendo servidores públicos de áreas essenciais ao Estado como os projetos de abono ao magistério e à segurança pública”. Ele assinala, no entanto, que é necessário aprofundar a discussão de como viabilizar os recursos para cumprir com estas obrigações, sem colocar o Estado em risco de colapso financeiro. Vê como positiva, apesar dos intensos debates, a convivência entre oposicionistas e governistas. “Foi uma relação de respeito, politizada sim, mas sem atitudes de politicagem.”



Julio Garcia (PFL)

Na avaliação do deputado, o ano de 2004 foi de vitórias no campo institucional, inerentes ao Poder Legislativo. Na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o parlamentar, representante do Sul, destaca o volume de projetos analisados e votados no período, que evidenciaram a responsabilidade dos legisladores no desempenho de seu papel de legítimos representantes da sociedade catarinense.



Nilson Gonçalves (PSDB)

“De maneira geral, os trabalhos foram melhores este ano do que em 2003, mesmo sendo 2004 um ano eleitoral. Os deputados mantiveram uma certa frequência, o que evitou que os projetos se acumulassem. Acho que faltou debatermos mais alguns projetos. Faltou discutirmos menos questões políticas e mais questões objetivas para os problemas do Estado”.



Nilson Nelson Machado – Duduco (sem partido)

Para o parlamentar, o ano de 2004 foi positivo. Duduco atuou em ocasiões e espaço que lhe é de direito como deputado. Um dos grandes momentos foi a entrega das medalhas Cruz e Sousa e Vida Amábilis, das quais foi proponente. Indicou Marlene Abraham Berteli para receber a Medalha de Mérito Vida Amábilis e prestou também uma homenagem em sessão solene, realizada dia 25 de outubro, ao jornalista Cacau Menezes, pela sua atuação nos veículos de comunicação e serviços prestados à sociedade catarinense.



Lício Mauro da Silveira (PP)

Este foi um ano conturbado pelos projetos de lei de origem governamental. Até trocas nas votações foram públicas, como foi o caso do reajustes dos policiais. Este projeto por aquele, isto é, o abono pela aprovação da conta única. O Parlamento foi pisoteado pelo Executivo. Por outro lado, destaca-se a convivência entre os parlamentares, que se manteve centrada no respeito mútuo com a discussão das idéias, fundamentadas em argumentos racionais e plausíveis, separadas das avaliações pessoais.



Manoel Mota (líder da bancada do PMDB)

“Este ano foi muito especial para mim, porque uma luta de anos está prestes a ter um final feliz, a duplicação do trecho sul da BR-101. Depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio pessoalmente assinar a ordem de serviço, acredito que nosso sonho sai do papel. Aqui, tudo ocorreu bem, mas acredito que, se a bancada do PMDB fosse maior, conseguiríamos aprovar projetos importantes para Santa Catarina sem tanto desgaste.”



Nelson Goetten (PFL)

Classificando 2004 de “extremamente positivo”, destacou a reforma do Plenário e os debates de matérias de interesse dos catarinenses. “Espero que, em 2005, novas e importantes matérias sejam debatidas e aprovadas”.



Mauro Mariani (PMDB)

“Muitas foram as decisões e atitudes que beneficiaram diretamente nosso Estado e mostraram à população que seus representantes estão alinhados com as idéias e anseios”. A CPI da Casan, da qual foi relator, apontou irregularidades de forma diferenciada, apresentando ao Ministério Público as denúncias antes mesmo do relatório final e prestando contas à população. Destacou ainda ações diretas, como a manutenção da redução da tarifa de energia elétrica para os produtores rurais, localizados em áreas urbanas.



Odete de Jesus (PL)

“O ano de 2004 foi um ano extraordinário, pois a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, da qual sou presidente, realizou várias audiências públicas para debater a exploração sexual infanto-juvenil, um sério problema para o qual não podemos mais fechar os olhos. Também faço questão de destacar que durante o período eleitoral, as parlamentares foram as únicas a comparecer em todas as sessões plenárias. Infelizmente, a obstrução de pauta, que ocorreu durante vários dias, prejudicou nossos trabalhos e, por consequência, o povo catarinense”.



Deputados avaliam 2004



Onofre Santo Agostini (PFL)

O vice-presidente da Assembléia Legislativa, Onofre Agostini apontou a produção da Casa como a melhor ação de 2004. De acordo com ele, as matérias de maior interesse da sociedade foram votadas e o ano será encerrado com a pauta limpa. Quanto ao fator negativo, o deputado acredita que faltou um empenho maior em discutir com o governo para resolver assuntos de interesse social. "Mas o ano ainda foi mais positivo do que negativo."



Pedro Baldissera (líder da bancada do PT)

Para o deputado, seu partido teve uma participação definitiva em momentos decisivos em várias matérias, com destaque especial para a votação do abono aos servidores da Segurança Pública, através da postura de desobstrução da pauta, conseguiram sensibilizar o governo e ao mesmo tempo vincularam o projeto da conta única à solução salarial da Polícia Militar. Destaca também os seminários do Fórum Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, por ele presidido. Como aspecto negativo, aponta as convocações extraordinárias, que impedem a discussão efetiva de projetos importantes.

Paulo Eccel (PT)

Destacou a melhoria da estrutura física do Plenário, antes um ambiente insalubre, hoje está mais agradável, dando mais transparência ao trabalho. Presidiu a CPI da Udesc, que comprovou o desvio de recursos públicos. "De uma maneira geral, estou muito satisfeito, até porque o projeto ao qual me dediquei, sobre o Artigo 170 da Constituição Estadual (ampliação das bolsas de estudo para o ensino superior), deve ser aprovado em Plenário".



Simone Schramm (PMDB)

"Honrei os votos que recebi com muito trabalho". Atuou nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto, Saúde, Turismo e Meio Ambiente, foi relatora da CPI da Udesc, que apurou e comprovou a existência de irregularidades no trato com recursos públicos. Preside o Fórum Permanente da Crise Portuária. Entre as proposições que apresentou estão a Semana de Incentivo à Leitura em Santa Catarina e a alteração da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis.



Reno Caramori (PP)

Na presidência da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, o deputado Reno Caramori (PP) desenvolveu a fiscalização de obras rodoviárias que estavam em andamento para que fossem concluídas. Teve resultados positivos na abertura do consumo no mercado interno para a carne suína quando do embargo por países que exportavam, com a sua inclusão na merenda escolar, exército e penitenciárias. Trabalhou para reverter o efeito das Portarias 508 e 178, do Ministério do Meio Ambiente. "Esse trabalho permitiu que, respeitando a lei e o meio ambiente, conseguíssemos flexibilidade para o manejo sustentável. Caso contrário, pelo menos quatro municípios catarinenses corriam o risco de falência, em função de economia baseada na indústria madeireira e de papel".



Valmir Comin (PP)

Para o progressista Valmir Comin, este foi um dos anos mais promissores em termos de iniciativa parlamentar. Destaca, entre as conquistas, o credenciamento para tratamento de obesidade mórbida pelo Sistema Único de Saúde, a inclusão do peixe na merenda escolar, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável no entorno da barragem do rio São Bento, em Siderópolis, além da inclusão social através da telecomunicação. Cita também, como fator positivo, a melhoria na estrutura física da Casa.

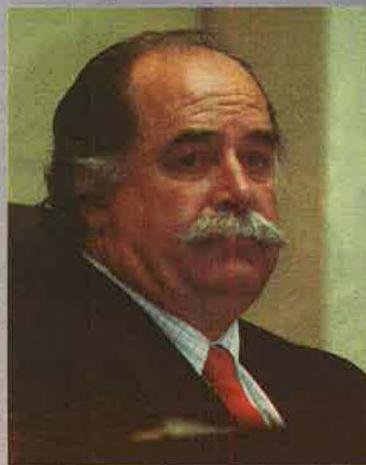
Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

"Apesar do calendário especial durante o período que antecedeu as eleições municipais, o Legislativo cumpriu com seu papel. Cito como exemplo os debates sobre ações que deverão ser desenvolvidas pelos bananicultores em relação ao mal da sigatoka negra e as preocupações dos produtores de cebola em relação às importações do produto da Argentina. Outro assunto em pauta é a questão da erradicação da fumicultura, no que diz respeito à garantia de renda dos produtores".



Volnei Morastoni (PT)

"Encerramos 2004 com saldo positivo dos trabalhos tanto no que se refere à atividade-fim do Parlamento – como a elaboração de leis –, como também nas diversas ações desenvolvidas pelos 40 deputados em busca de maior interação com a sociedade. Estamos concluindo um período de dois anos de trabalho da Mesa, numa gestão que direcionou todo o empenho político para a construção de uma relação mais democrática com Santa Catarina. Para atingir esse objetivo, investimos na melhoria da estrutura interna da Casa, como a reforma do Plenário, proporcionando conforto aos visitantes e fazendo da Assembléia, cada vez mais, o grande centro de debates do Estado".



Romildo Titon (PMDB)

O projeto de sua autoria, aprovado e sancionado, que regulariza as verbas para subvenções direcionadas ao Corpo de Bombeiros, foi a melhor ação deste pleito para ele. "Antes se discriminava as corporações de pequenos e médios municípios." Titon afirmou que foi um ano de conquistas para a categoria, que ficou mais socializada. "A Casa poderia ter produzido muito mais, se os projetos não ficassem tanto tempo parados nas comissões e se não houvesse tantos pedidos de vista".



Wilson Vieira - Dentinho (PT)

Dentinho foi premiado duas vezes, este ano, como *Destaque Parlamentar*, após pesquisas realizadas por institutos em Joinville. "Nunca deixei de acreditar. Nunca desisti e vou continuar incentivando a sociedade a fazer com que as leis sejam cumpridas e não só sancionadas por um governador". Como presidente da Escola do Legislativo, cargo ocupado nos últimos dois anos, ampliou os trabalhos com a realização do Ciclo de Debates do Legislativo, convênios com entidades e com o Ministério do Meio Ambiente, visando à capacitação de vereadores e de estudantes atendidos pela Escola. É autor da Lei nº 12.864, que determina a localização, instalação e operação de antenas de telecomunicações.

Orçamento/2005

Investimentos correspondem a 1% do total

(foto Carlos Kilian)

Entre as emendas ao Orçamento estadual para 2005 rejeitadas, está a de nº 418, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que autorizava o Executivo a conceder reposição salarial aos servidores públicos por conta de excesso de arrecadação. O deputado Afrânio Bopp (PT) criticou o resultado, lembrando que como foi aprovado não há na peça orçamentária nenhum recurso para reajuste. O líder do PP, Joares Ponticelli, acusou a possibilidade de que o Orçamento para o próximo ano não deverá ser suficiente, até mesmo para honrar a folha de pagamento. "Não deve passar de outubro. E daí virão os pedidos de suplementações orçamentárias, por conta da falta de planejamento e de controle financeiro deste governo."

Outra questão que gerou polêmica durante as discussões foi o conceito de RLD (Receita Líquida Disponível). O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, que apresentou emendas

adequando o conceito da RLD ao que está proposto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), retirou o pedido de destaque após o encaminhamento do relator César Cim. Foi proposta a inclusão das emendas do pefelista num anexo ao Orçamento, no qual foram incluídas também todas as demais 474 emendas de parlamentares.

Para Ceron, o encaminhamento demonstra que existe dúvida mesmo por parte dos governistas quanto ao conceito de RLD. Há divergência na interpretação dada pelo Executivo, que deduzia várias receitas, para então determinar o valor sobre o qual incidiria o cálculo dos percentuais a serem repassados aos demais Poderes. De acordo



Deputados criticaram rejeição de emendas nascidas das audiências do Regionalizado

com alguns parlamentares, isso significa uma redução acima de R\$1 bilhão na base de cálculo, deixando de ser repassados em torno de R\$ 180 milhões ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Udesc.

O deputado Herneus de

Nadal (PMDB), líder do governo, disse que a essência do Orçamento são as audiências públicas do Orçamento Regionalizado feitas para que a população definisse as prioridades de cada região. Mesmo incluídas em um anexo da peça orçamentária, para análise do go-

verno, as emendas de parlamentares que contemplavam as ações regionais, não previstas no texto enviado pelo Executivo, não são passíveis de execução dado o valor para investimento, que não chega a 1% dos R\$ 9,6 bilhões. "É um valor ínfimo o destinado a investimento e não há viabilidade financeira para o Estado atender todas as emendas parlamentares que atingem R\$ 104 milhões", esclareceu Nadal. Com a aprovação do Orçamento, a Assembleia Legislativa entra em recesso parlamentar. Os deputados retornam às atividades em período ordinário no dia 1º de fevereiro de 2005, para a eleição do novo presidente da Casa, dos demais membros da Mesa e dos presidentes das Comissões Técnicas Permanentes. (SD)

Emenda restringe votações secretas

Com a aprovação da Emenda Substitutiva Global às Propostas de Emendas à Constituição - PEC nº 02/04 e PEC nº 05/04 -, que altera os artigos 36, 40, 44, 54 e 68 da Constituição do Estado, o voto secreto dos parlamentares ficou restrito a casos especificados pela Constituição Federal.

A Emenda Substitutiva Global, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), acolheu a PEC nº 5/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que altera o Artigo 36 da Constituição Estadual. A nova redação estabelece que, "salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em votação aberta". Neste artigo, Mello incluiu um parágrafo único, referente à eleição do presidente e integrantes da Mesa: "No processo de votação para a Presidência da Assembleia e demais membros da

Mesa, o voto será efetuado de forma escrita, assinada e declarado, em ordem alfabética dos deputados".

Hierarquia constitucional

O PEC nº 2/04, de autoria da bancada do PP, foi praticamente rejeitada por inteiro. A proposta previa a alteração dos incisos XXIII e XXIV do Artigo 40 da Constituição Estadual. O artigo estabelece que as votações serão secretas na escolha dos conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) indicados pelo governador, e titulares de outros cargos ou funções que a lei determinar; cassação de deputados; apreciação de vetos e quando houver vacância nos cargos de governador e vice a partir da metade do mandato. Mello acatou voto vista do deputado João Henrique Blasi (PMDB), que deixou claro a dissonância com a Constituição Federal, o que caracterizaria a inconstitucionalidade da proposta dos progressistas. (DAB/MMV)

Cargos

Aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 13/04, de origem governamental, que transforma cargos na Secretaria de Estado da Saúde. Ficam transformados os cargos do grupo ONS (Ocupações de Nível Superior), do Quadro Único do Poder Executivo, previstos na Lei Complementar nº 81/93, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde: sete

cargos de analista técnico administrativo I em seis cargos de fisioterapeuta e um cargo de fonoaudiólogo; 61 cargos de analista técnico administrativo II em 12 cargos de fonoaudiólogo, 10 cargos de nutricionista, dois cargos de bibliotecário e 26 cargos de enfermeiro; 40 cargos de cirurgião dentista em 10 cargos de terapeuta ocupacional, 25 cargos de enfermeiro e cinco cargos de

engenheiro; cinco cargos de sanitário em cinco cargos de pedagogo; 40 cargos de bioquímico em 20 cargos de farmacêutico e 20 cargos de enfermeiro; 28 cargos de administrador em 28 cargos de enfermeiro, todos em nível ONS. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar ocorrerão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Artigo 170

Com os votos dos 34 deputados em Plenário, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 22/04, transformando todos os recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual em bolsas de estudo ao ensino superior para alunos carentes. O projeto foi encaminhado pelo Executivo, que havia vetado proposta semelhante no primeiro semestre deste ano.

Primeiro emprego

O Plenário acolheu o Projeto de Lei nº 495/03, do deputado Cesar Souza, destinado à concessão de incentivos fiscais para a concessão do primeiro emprego e/ou após os 40 anos de idade. Se for sancionado, o governo poderá conceder, a título de estímulo, até 100% dos incentivos fiscais às empresas situadas no território catarinense que, no ato de contratação de empregado,

comprovem a geração de primeiro emprego ou de emprego a pessoas com mais de 40 anos de idade. Além disso, a proposta determina que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta, devem destinar, nas nomeações e contratações, 20% do total das vagas a serem preenchidas a pessoas com mais de 40 anos de idade, sem prejuízo das condições específicas de habilitação.

Projetos aprovados

Nomeação

Projeto de Lei Complementar nº 28/04, de origem do Executivo, altera dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina. De acordo com a proposta, o procurador-geral de Justiça será nomeado pelo chefe do Poder Executivo, dentre os membros do Ministério Público com mais de 10 anos de carreira e integrantes de lista tríplice (membros mais votados em eleição), para o mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução. Os integrantes que ainda não tenham completado 10 anos de carreira e os que estiverem afastados até 120 dias antes do início do prazo de inscrição são inelegíveis. O projeto foi referendado por 173, dos 308 procuradores de Justiça, promotores de Justiça e promotores de Justiça substitutos.

Adequação

Proposta de Emenda à Constituição, de nº 06/04, dá nova redação, acrescenta e revoga artigos da Constituição do Estado e também revoga artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Através do Ato nº 1354/03, a Mesa da Alesc criou grupo de trabalho coordenado por um integrante da Procuradoria Jurídica para estudar a adequação do texto constitucional estadual às emendas alteradoras do texto da Constituição Federal.

ICMS

Projeto de Lei nº 291/04, de origem governamental, altera dispositivos da Lei nº 10.297, de 26/12/96, dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, Intermunicipal e de comunicação. Segundo os técnicos da Secretaria da Fazenda, a proposta compatibiliza a legislação catarinense com os termos do Protocolo ICMS 10/03, que criou o Passe Fiscal Interestadual com o objetivo de tornar mais eficiente o controle fiscal das mercadorias em circulação no território dos estados signatários, especialmente nas faixas de fronteira, visando coibir a evasão de receita tributária.

Agrotóxicos

Projeto de Lei nº 331/04, do Executivo, altera dispositivos da Lei nº 11.069, de 1998, dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins. Conforme justificativa da Secretaria de Agricultura, a Cidasc, no exercício da fiscalização, enfrenta problemas legais que inibe a eficácia de seus serviços e dificulta ao Estado o controle da produção e da comercialização de agrotóxicos. Isto acontece porque a legislação estadual deixou de contemplar os valores a serem cobrados por multa nas infrações de agrotóxicos, taxa para registro de pessoas físicas e jurídicas que executem atividades relacionadas aos agrotóxicos e a taxa para cadastro do produto agrotóxico.

Diabetes

Projeto de Lei nº 21/04, da deputada Simone Schramm (PMDB), institui o programa de prevenção e controle de diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino.

Cercas

Projeto de Lei nº 114/04, de autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB), dispõe sobre a proibição da energização de cercas ligadas diretamente à rede elétrica. De acordo com o projeto, a energização de cercas deverá ser feita através de eletrificador. O proprietário ou morador de edificação urbana ou rural, que possua cerca energizada, fica obrigado a adequá-la aos termos desta lei. Serão consideradas cercas energizadas todas as que sejam dotadas de corrente elétrica e destinadas à proteção de perímetros urbanos e rurais.

A instalação, manutenção e fiscalização das cercas dotadas de corrente elétrica deverão ter acompanhamento de um técnico legalmente habilitado junto ao CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Santa Catarina), devendo apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), bem como, emitir relatório técnico. O proprietário do imóvel responderá civil e criminalmente pelos danos causados por cercas energizadas.

Prodetur

Projeto de Lei nº 329/04, do Executivo, autoriza o governo a contratar a operação de subempréstimo junto ao Banco do Brasil para a Prodetur Sul/SC e estabelece outras providências. O subempréstimo é autorizado no valor de até 100 milhões de dólares, oriundos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para implantação do Prodetur Sul/SC. Os encargos financeiros, o prazo de amortização do empréstimo e o período de carência serão estabelecidos no contrato de empréstimo externo firmado entre a União Federal e o Banco.

Cobrança

Projeto de Lei nº 378/04, do deputado Paulo Eccel (PT), veda a cobrança, pelas concessionárias de telefonia fixa e móvel, das tarifas de assinatura básica, cobradas de seus consumidores e usuários. Eccel enfatiza que a taxa mínima que o consumidor paga nas contas de telefonia foi criada há mais de 30 anos para que se instalassem as plantas de infraestrutura destes serviços.

Comanda

Projeto de Lei nº 310/04, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), proíbe a cobrança de quantia dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congênere. O fornecedor que infringir a lei fica sujeito a multa, suspensão temporária da atividade, cassação de licença ou interdição do estabelecimento.

Catarata

Projeto de Lei nº 133/04, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), estabelece a obrigatoriedade de exames de identificação de catarata congênita, nos recém-nascidos. As maternidades e os estabelecimentos hospitalares ficam obrigados a realizar exame diagnóstico clínico de catarata pela técnica conhecida como reflexo vermelho. As crianças que apresentarem resultados positivos serão encaminhadas para cirurgia, em prazo não superior de 30 dias.

Pneus

Projeto de Lei nº 308/04, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), proíbe a comercialização de pneus usados importados no Estado. É considerado pneu usado importado a simples carcaça proveniente de outro país e a carcaça de pneu usado reformada.

Taxas

Projeto de Lei nº 348/04, de autoria do Executivo, alterando a Lei nº 7.541/88, dispõe sobre taxas estaduais. Os valores arrecadados referentes às taxas previstas nesta lei, especificamente na Tabela II, bem como as penalidades aplicadas em decorrência da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, serão repassados integralmente ao Fundo Estadual de Saúde.

Também o Projeto de Lei nº 347/04, de autoria do Executivo, alterando a mesma Lei nº 7.541, de 1988. Os valores relativos às taxas serão repassados da seguinte forma: 27% para o Fundo de Melhoria da Segurança Pública, 15% para o Fundo Penitenciário do Estado, 2% para o Fundo Estadual da Defesa Civil, 30% para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar, 6% para o Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros e 20% para o Fundo de Melhoria da Polícia Civil.

Fundo

Projeto de Lei nº 357/04, de origem governamental, cria o Fumpc (Fundo de Melhoria da Polícia Civil), destinado à elaboração e execução de planos, especialidades profissionais, construção e reformas de prédios, aquisição de equipamentos e veículos e aquisição de combustível, peças de reparos, alimentação, diárias e outras despesas de custeio.

Critério

Projeto de Lei nº 360/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), visa estabelecer critério para divisão do valor adicionado, destinado ao cálculo da participação dos municípios no produto do ICMS, relativo ao faturamento de energia produzida e gerada por hidrelétricas, cujo estabelecimento, inclusive o reservatório, ocupe o território de mais de um município.

Pedágio

Projeto de Lei nº 129/04, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), veda a cobrança de pedágio, selo de vistoria, selo de visitante ou tarifas similares, por parte dos órgãos municipais de trânsito, aos veículos visitantes que estejam prestando serviço de transporte turístico intermunicipal, quando em circulação nos municípios diferentes dos que estejam registrados. A lei não se aplica aos pedágios de rodovias instituídos por leis estaduais e nacionais.

Placas

Projeto de Lei nº 410/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), que torna obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do estado.

Hino

Projeto de Lei nº 161/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), institui a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro em atividades escolares do ensino médio e fundamental, das redes pública e privada de Santa Catarina.

Conceitos

Projeto de Lei nº 462/04, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), estabelece conceitos para o desporto catarinense e atribuições do Poder Público no âmbito desportivo de Santa Catarina.

Isenção

Projeto de Lei nº 406/04, de autoria do deputado Valmir Comin (PP), obriga a isenção do pagamento de

PLENÁRIO

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputados apreciaram mais de 200 proposições em dois dias

estacionamentos onde o usuário permaneça por período igual ou inferior a 90 minutos em shoppings centers, supermercados e afins. O usuário deverá apresentar na saída do estacionamento, cupom fiscal de compra de mercadoria ou serviço com valor maior ou igual a 10 vezes o valor da taxa.

Comercialização

Projeto de Lei nº 395/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), obriga os postos de combustíveis a informar ao cliente qual o fornecedor do produto.

Programa

Projeto de Lei nº 340/04, de autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), institui o Programa de Recuperação e Proteção das Matas Ciliares em Santa Catarina, que deverá ter orçamento próprio, cabendo à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente formular diretrizes para a execução do programa criado por esta lei.

Psicologia

Projeto de Lei nº 285/03, da deputada Simone Schramm (PMDB), autoriza o Executivo a instituir o serviço de psicologia escolar na rede pública de ensino fundamental e médio.

Custas

Projeto de Lei Complementar nº 24/04, de autoria do Judiciário, atualiza valores das custas judiciais e emolumentos em 17,81%.

Merenda

Projeto de Lei nº 393/03, do deputado Cesar Souza (PFL), inclui na merenda escolar dos alunos da rede pública de ensino sucos de frutas produzidos em Santa Catarina.

Violência

Projeto de Lei nº 368/04, da deputada Odete de Jesus (PL), que autoriza a Secretaria Estadual da Educação e Inovação a afixar nas salas de aula avisos com telefones para os alunos denunciarem qualquer tipo de violência ou abuso sexual cometido contra menores.

Bombeiros

Projeto de Lei nº 398/04, do Executivo, cria o Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, em especial para a elaboração e execução de planos, programas e projetos; especialidades profissionais; construção, ampliação e reforma de prédios; aquisição de equipamentos, veículos e outros materiais próprios a serviço do Corpo de Bombeiros Militar, e aquisição de combustível, peças para reparos, alimentação, diárias, realização de serviços de terceiros, locação de imóveis e outras despesas de custeio.

Isenção

De autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), o Projeto de Lei nº 112/03 isenta de ICMS as cooperativas que comercializam produtos recicláveis.

Obrigatoriedade

Projeto de Lei nº 132/03, do deputado José Paulo Serafim (PT), dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de segurança de alívio de fluxo nos recipientes destinados à armazenagem de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo).

RG

A gratuidade da emissão da carteira de identidade àqueles que, em decorrência de haverem se alfabetizado, solicitarem segunda via, está assegurada, graças ao Projeto de Lei nº 386/04, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB).

Anabolizantes

Projeto de Lei nº 465/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), obriga academias de ginástica, centros esportivos, fitness, ou clubes similares em todo o Estado a expôr placa de advertência em suas dependências sobre as conseqüências do uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos.

Meia-entrada

Projeto de Lei nº 463/04, do deputado Djalma Berger (PSDB), institui para pessoas portadoras de deficiências o pagamento de meia-entrada nos estabelecimentos culturais, esportivos de lazer e entretenimento.

Datas

- Projeto de Lei nº 447/04, de autoria do deputado César Cim (PDT), institui o *Dia da Indústria da Construção em Santa Catarina*, a ser comemorado anualmente no dia 9 de setembro.

- Projeto de Lei nº 440/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), institui o dia 26 de outubro como data comemorativa do Rotariano no Estado de Santa Catarina.

- Projeto de Lei nº 446/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), autoriza o Poder Executivo a instituir a *Semana Estadual do Coração* na terceira semana do mês de julho.

- Projeto de Lei nº 448/04, de autoria do deputado César Cim (PDT), institui o dia 2 de junho como o *Dia da Comunidade Italiana em Santa Catarina*.

- Projeto de Lei nº 454/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), institui a *Semana de Incentivo à Doação de Órgãos para Transplantes*.

- De autoria do deputado Cesar Souza (PFL), o Projeto de Lei nº 405/04 institui a data de 1º de setembro como o *Dia do Profissional de Educação Física*.

- De iniciativa do deputado Djalma Berger (PSDB), o Projeto de Lei nº 445/04 institui no calendário oficial do Estado o Dia do Agente Comunitário de Saúde, seja profissional ou voluntário.

- Projeto de Lei nº 239/04, de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), estabelece o dia 11 de outubro como o Dia Estadual de Combate ao Trabalho Infantil no Estado.

- Projeto de Lei nº 464/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), institui o dia 27 de setembro como o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Capital

- Projeto de Lei nº 441/04, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), reconhece o município de Timbó do Sul como a *Capital das Montanhas e das Águas Cristalinas*. A cidade está localizada no extremo-sul de Santa Catarina, na microrregião de Araranguá.

VETOS

Rejeitado o veto total ao Projeto de Lei nº 446/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que trata de alterações ao Prêmio Mérito Universitário Catarinense, com a concessão de bolsa de iniciação científica, pessoal e intransferível, com duração de um ano e valor de R\$ 250 mensais, atualizados de acordo com os vencimentos do funcionalismo público estadual.

Mantidos

- Veto total ao Projeto de Lei nº 149/04, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que determinava aos estabelecimentos e promotores de eventos, onde seja garantida a meia-entrada aos estudantes e menores de 18 anos, que afixem em suas dependências internas e bilheterias, em local visível, cartaz com o seguinte conteúdo: *Neste estabelecimento, pagam meia-entrada: menores de 18 anos portando a carteira de identidade e estudantes com mais de 18 anos portando a carteira estudantil*.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 187/04, do deputado Altair Guidi (PP), que denominava Edair Santos Baltazar o ginásio de esportes localizado na Escola de Educação Básica Normélio Cunha, no município de Sombrio.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 188/04, de procedência do deputado Altair Guidi (PP), que denominava João Batista de Oliveira o ginásio de esportes localizado na Escola de Educação Básica Catulo da Paixão Cearense, no município de Sombrio.

Aqüífero Guarani

São Carlos realiza o nono seminário

Denise Arruda Bortolon

O Fórum Permanente para Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aqüífero Guarani deu continuidade aos seus trabalhos no último seminário de 2004, em São Carlos, no dia 10. O evento, que começou pela manhã, no Pratas Thermas Hotel, com palestras para educadores, estudantes e autoridades, terminou no fim da tarde com duas oficinas. Uma voltada para educadores e educandos, intitulada Educação Ambiental, e outra direcionada para vereadores de toda a região, com o título de Legislação Ambiental. O presidente do Fórum, deputado Pedro Baldissera (PT), salientou que o objetivo dos seminários é sensibilizar, informar, motivar e conscientizar os legisladores, professores e estudantes, entre outros. "No próximo ano, teremos mais cinco seminários, a serem realizados em toda a extensão da Bacia do Rio Uruguai, que está chorando, e muito, a sua sobrevivência. Escolhemos a região para terminar o ano porque o rio Uruguai passa por aqui e está planejada a

construção de uma usina hidrelétrica."

Fizeram parte da mesa o secretário da Regional de Palmitos, Adilson Zini, o prefeito de São Carlos, Cláudio Alberto Campos, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o presidente da Câmara de Vereadores de São Carlos, Luiz Signori, o vice-prefeito, Ivan Pedro Bonissoni, representando o deputado federal Odacir Zonta (PP), o secretário adjunto da Regional de Palmitos, Dair Jocely Enge, a gerente regional do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Salette Capeletti Spies, e



Pedro Melchior



Pedro Baldissera anunciou mais cinco seminários em 2005

o prefeito eleito, Élio Godoy.

O prefeito e o secretário regional salientaram a importância de engajamento da sociedade nessa empreitada pela preservação. "Temos à frente de nossos olhos e sob os nossos pés o maior patrimônio da humanidade. O nosso desafio é pensar em todos e projetar o nosso futuro no crescimento sustentável. Desenvolver ações que preservem sem escravizar o homem", resumiu Her-

neus de Nadal. Para Salette, há medidas que auxiliam na preservação da água e a sua reutilização é uma delas, bem como a reposição das matas, a seleção do lixo, o tratamento de esgoto e a desigualdade social, entre outras.

Fontes - As palestras tiveram início por volta das 9 horas. Pedro Melchior, coordenador do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), falou sobre fontes alternativas de energia, prin-

cipalmente sobre o Projeto Alto Uruguai, que objetiva transformar a região situada na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai num modelo de produção e consumo sustentável de energia elétrica. O projeto tem por base o desenvolvimento de ações em três eixos: conservação de energia elétrica ou seja, a sua utilização racional e sem desperdício, a utilização de fontes alternativas de energia com ênfase na produção ao meio ambiente, e a universalização de acesso à energia elétrica aos habitantes da região. A coordenação é de responsabilidade da Eletrobrás, MAB, Eletrosul, Ippur/Ufr (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) e Uno chapecó. Vai dispor de R\$ 3,6 milhões e abranger cerca de 29 municípios catarinenses e gaúchos.

A segunda palestra, com o geólogo do Deinfra-SC, Victor Hugo Froner Bicca, tratou da sua gestão para o programa de preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e Aqüífero Guarani. A parte da manhã foi encerrada por Odacir Fiorentin, diretor da Usina de Itaipu, que trabalha em torno de 130 ações para cultivar a boa qualidade da água.

Certificado de Responsabilidade Social

Graziela May Pereira

Com o objetivo de valorizar as organizações catarinenses que incluem a responsabilidade social em suas políticas de gestão, estimular a publicação do balanço social pelas empresas e tornar o Estado como uma referência em ações e programas ligados à responsabilidade social, a Alesc, através da Comissão Mista, lançará, em 2005, o *Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC* e o *Certificado de Responsabilidade Social*. O troféu tem a finalidade de reconhecer as empresas do Estado que demonstrarem o melhor desempenho social e ambiental e o projeto que o criou foi iniciativa do deputado João Paulo Kleinübing. A Comissão de Economia, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), ficou responsável pela coordenação dos trabalhos. "A preocupação com a qualidade de vida

das pessoas e o meio ambiente deve ser uma constante em nossa sociedade", afirma Boppré.

Sancionada em janeiro de 2004, a Lei nº 12.918 cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas no território estadual e será conferido anualmente pela Alesc para empresas que apresentarem o seu balanço social do exercício anterior.

Segundo o autor da lei, a idéia de criar o certificado partiu dos movimentos de responsabilidade social. "O nosso objetivo é estimular as empresas além da função econômica. É estimular e buscar além da produção. É participar com a comunidade", enfatizou Kleinübing.

Metodologia - Conforme a lei, considera-se como balanço social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentem dados que permitam identificar o perfil de atuação social durante o exercício, o cumprimento das cláusulas sociais, a par-

ticipação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento social e pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

As empresas agraciadas serão aquelas que têm os projetos mais destacados. De acordo com a lei serão considerados as taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, o valor total da folha de pagamento, incluindo os encargos sociais, condições de trabalho, cestas básicas e gastos com empregados, além de outros itens como despesas com saúde e outros benefícios oferecidos aos empregados e ao meio ambiente.

Para analisar as empresas inscritas, serão utilizadas as informações do Balanço Social, para identificar o perfil de atuação social durante o exercício, o cumprimento de cláusulas sociais e a forma de interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

A Comissão

A Comissão Mista da Assembleia é composta pela Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), Fampesc (Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina), Fecomércio (Federação do Comércio de Santa Catarina), escritório catarinense do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), Instituto Observatório Social, CRC/SC (Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina) e Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Alesc.

Inscrições

O período das inscrições, que acontecerão através do site www.alesc.sc.gov.br e pelo telefone 221-2935, na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, começam em abril de 2005 e irão até o mês de junho. A partir da primeira quinzena de setembro de 2005, serão divulgados os resultados das empresas vencedoras do prêmio. Mais informações sobre a certificação podem ser encontradas no site www.alesc.sc.gov.br/alesc/comista2/ ou diretamente na Comissão de Economia.



FAMPESC



DIEESE



Observatório Social



CRCSC

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina



FECOMERCIO SC